

A EDUCAÇÃO VOLTADA À REALIDADE CULTURAL CAMPONESA: ESTUDANTES RURAIS E CONSTRUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE AGRÍCOLA EM RIBEIRÃO DO EIXO, MUNICÍPIO DE ITABIRITO – MG

DOI: 10.19177/rgsa.v9e12020483-512

Vagner Luciano de Andrade¹
Ludimila de Miranda Rodrigues Silva²

RESUMO

Em diferentes localidades brasileiras, a educação do campo tem-se estruturado em escolas rurais que ofertam as séries iniciais do ensino fundamental, e em algumas exceções, os anos finais e o ensino médio. Mas na maioria das vezes, os alunos estudam nos centros urbanos, e cada vez mais se tem fechado escolas na zona rural. Um problema que precisa ser urgentemente revisto. O presente trabalho destina-se a analisar a educação voltada à realidade cultural camponesa, a partir de estudantes rurais em Ribeirão do Eixo, município de Itabirito, no estado de Minas Gerais, como possível meio de construção da sustentabilidade agrícola. A “Escola Municipal Rural de Ribeirão do Eixo”, componente do quadro de estabelecimentos de ensino da Secretaria Municipal de Educação de Itabirito – MG encontra-se legalmente sob responsabilidade da 15ª Superintendência Regional de Ensino de Ouro Preto e localiza-se à Rodovia Federal BR 040, km 589, entre os povoados de Ribeirão e do Eixo, zona rural do distrito de São Gonçalo do Bação. A diretora da Escola responde pelas outras 06 Escolas Municipais Rurais de Itabirito. A equipe escolar é formada por 08 profissionais, que ficam diretamente na Escola sendo 06 professoras sendo 03 com graduação e 03 com pós-graduação, 01 auxiliar de serviços gerais e 01 servente escolar, ambas responsáveis pela limpeza e alimentação; e uma secretária e 01 supervisora pedagógica que fazem acompanhamento à distância que compõem junto com a diretora, a Equipe responsável por 06 Escolas Municipais Rurais do Município. A Escola funciona no turno da manhã e oferece apenas a Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) com alunos distribuídos em 06 turmas. A instituição escolar atende aproximadamente 40 alunos matriculados e freqüentes oriundos de Ribeirão do Eixo e adjacências, em apenas 01 turno sendo 11 discentes na educação infantil (1º e 2º período-turma multisseriada), 06 alunos no 1º ano, 07 educandos no 2º ano, 06 discentes no 3º ano, 06 alunos no 4º ano e 04 educandos no 5º ano. Neste contexto, a

localidade elencada para estudo denota nitidamente a complexidade da relação campo/cidade, pois se trata de área rural em processo de urbanização e industrialização, sendo incorporada ao eixo sul metropolitano. Assim a partir da educação do campo enquanto instrumento de valorização do espaço rural, apresenta-se a realidade da escola rural da localidade e entendendo-a como meio de transformação social propondo sua resignificação no âmbito da comunidade local. A proposta principal baseia-se em ofertar novas modalidades de ensino e qualificação, através da disponibilização de cursos técnicos nas áreas de agropecuária, ecologia e turismo efetivando novas perspectivas de sustentabilidade para um território em transição com paisagens ameaçadas e potenciais ignorados e/ou desconhecidos

Palavras-chave: Educação do Campo. Campesinato. Escola Camponesa.

¹ REDE AÇÃO AMBIENTAL. E-mail: trezeagosto@yahoo.com.br

² REDE AÇÃO AMBIENTAL. E-mail: ludimilardrigues86@hotmail.com

EDUCATION FOCUSED ON PEASANT CULTURAL REALITY: RURAL STUDENTS AND CONSTRUCTION OF AGRICULTURAL SUSTAINABILITY IN RIBEIRÃO DO EIXO, MUNICIPALITY OF ITABIRITO – MG

ABSTRACT

In different Brazilian locations, rural education has been structured in rural schools that offer the initial grades of elementary education, and in some exceptions, the final years and high school. But most of the time, students study in urban centers, and more and more schools have closed in the countryside. A problem that needs to be urgently revised. The present work aims to analyze the education focused on the peasant cultural reality, from rural students in Ribeirão do Eixo, Itabirito municipality, in the state of Minas Gerais, as a possible means of building agricultural sustainability. The "Municipal Rural School of Ribeirão do Eixo", part of the board of educational establishments of the Municipal Secretariat of Education of Itabirito - MG is legally under the responsibility of the 15th Regional Superintendence of Education of Ouro Preto and is located at the Federal Highway BR 040, km 589, between the settlements of Ribeirão and the Eixo, rural area of the district of São Gonçalo do Baçõ. The school's director answers for the other 06 municipal rural schools in Itabirito. The school staff consists of 08 professionals, who are directly in the School, with 06 teachers being 03 with graduation and 03 with post-graduation, 01 general services auxiliary and 01 school staff, both responsible for cleaning and food; And a secretary and a pedagogical supervisor who follow up with the distance that compose together with the director, the Team responsible for 06 Municipal Rural Schools of the Municipality. The School works in the morning shift and offers only Infant Education and Elementary Education (1st to 5th year) with students distributed in 06 classes. The school institution serves approximately 40 enrolled and frequent students from Ribeirão do Eixo and its surroundings, in only 1 shift, with 11 students in early childhood education (1st and 2nd

grades), 06 students in the 1st year, 07 students in the 2nd year, 06 students in the 3rd year, 06 students in the 4th year and 04 students in the 5th year. In this context, the location listed for study clearly denotes the complexity of the field / city relationship, since it is a rural area in the process of urbanization and industrialization, being incorporated to the metropolitan south axis. Thus, from the rural education as an instrument of valorization of the rural space, the reality of the rural school of the locality is presented and understood as a means of social transformation proposing its resignification within the scope of the local community. The main proposal is based on offering new teaching and qualification modalities, through the provision of technical courses in the areas of agriculture, ecology and tourism, bringing about new perspectives of sustainability for a transition territory with endangered landscapes and ignored and / or unknown potentials

Keywords: Field Education. Peasinato. Peasant School.

1 INTRODUÇÃO

Lamentavelmente, o consumo da contemporaneidade exerce uma forte opressão sobre a natureza e sobre o espaço rural. Para se atender aos ditames capitalistas, o patrimônio ambiental inserido nestas comunidades passou a ser constantemente utilizado de forma predatória, desrespeitando a capacidade de suporte do mesmo e resultando em inúmeros problemas socioambientais. Neste contexto, a cultura rural acabou sendo ignorada ou considerada como sinônimo de atraso e retrocesso, e diante disso, cresceu assustadoramente a submissão e dependência do campo em relação às cidades.

Esta expulsa o homem do campo, o fazendo romper com sua cultura de contato sustentável com a terra, levando-o a vislumbrar os atrativos dos grandes centros urbanos, criando fantasias que serão posteriormente transformadas em frustração e exclusão. Mas para que haja sustentabilidade no campo, será necessário revisar os atuais padrões sociais vigentes no interior. E uma das muitas maneiras de se questionar estes padrões, visando uma imediata revisão é através da formação do cidadão rural protagonizada atualmente na educação convencional, que curiosamente reproduz idéias historicamente concebidas na cidade. Neste sentido, é relevante

lembrar que as dinâmicas e realidades presentes no meio rural são bastante diferentes do contexto urbano e que a escola rural reproduz claramente idéias voltadas à realidade dos moradores das cidades.

A revisão dos padrões educacionais vigentes no contexto rural implica, sobretudo, no rompimento com esse modelo de educação convencional, baseado na vida urbana e consumista e reprodutora das idéias capitalistas dominantes. Tendo como base o artigo 28 da Lei Federal nº. 9.394 de 20/12/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN) alguns questionamentos pedagógicos apontam na contemporaneidade brasileira resultado de uma histórica mobilização das populações camponesas em defesa de seus territórios, cultura e identidade:

- Será que a educação convencional está atrelada a idéia de promoção da cidadania, sustentabilidade e fixação do homem no campo?
- Será que os atuais aspectos educacionais reproduzidos podem levar o pequeno camponês a valorizar seu espaço natural e sua cultura local?
- Será que ele é formado para atuar sobre sua realidade local, visando melhorias que sejam necessárias?
- Será que há a devida formação voltada ao reconhecimento das potencialidades rurais?
- Ou será que a educação, como é proposta o incentiva a viver de ilusões, querendo ir para as cidades à procura de melhoria da qualidade de vida?

Itabirito é conhecida como "Cidade Encanto", um município brasileiro da Unidade federativa de Minas Gerais, exemplifica bem a transição das paisagens rurais para urbanas. Localizado sob as coordenadas 20° 15' 10" S, 43° 48' 03" O, faz parte da área de expansão urbana do eixo sul metropolitano no que se refere à ampliação de áreas minerárias, condomínios fechados e distritos industriais. Distante da capital cerca de 45 km, Itabirito insere-se na área do Colar Metropolitano de Belo Horizonte, na Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte/Microrregião Ouro Preto tendo como Municípios limítrofes Ouro Preto, Moeda, Santa Bárbara, Conselheiro Lafaiete, Barão de Cocais. Fundado em 1752, sua emancipação ocorreu a mais de nove décadas atrás,

especificamente em 07 de setembro de 1923). Segundo informações do Censo IBGE, o município contava com uma população de aproximadamente 45 484 habitantes (IBGE, 2010), e uma área territorial de 543,007 km² apresentando densidade demográfica de 83,76 habitantes por km².

A altitude média é de cerca de 823 metros e o Clima Tropical de altitude. O município localiza-se na área do Fuso horário UTC-3, quanto aos Indicadores Socioeconômicos, o Índice de Desenvolvimento Humano segundo o PNUD/2000 é de 0,786 médio, o Produto Interno Bruto segundo o IBGE/2008 é de R\$ 1 070 387,829 mil e o PIB per capita R\$ 24 712,28 (IBGE/2008). O município de Itabirito faz parte de uma área ambiental única, o famoso Quadrilátero Ferrífero - QF, importante unidade geográfica e geológica valorizada apenas por sua dimensão econômica consolidada no contexto socioeconômico da sociedade urbano-industrial brasileira. A área geográfica em questão abrange extensões dos municípios de Barão de Cocais, Belo Horizonte, Belo Vale, Brumadinho, Caeté, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Itabira, Itabirito, João Monlevade, Mariana, Moeda, Nova Lima, Ouro Branco, Ouro Preto, Raposos, Rio Acima, Sabará e Santa Bárbara.



2 A “URBANIZAÇÃO DO CAMPO E DESCARACTERIZAÇÃO DA IDENTIDADE CAMPONESA

O QF compreende ampla área com inúmeras populações camponesas com paisagens em transição para a industrialização, urbanização e mineração desconstruindo identidades e culturas relevantes (ANDRADE, 2016). Curiosamente, há pouca valorização dos inúmeros atributos ecológicos do QF e, para piorar a situação, quem repassa esta idéia errônea são alguns autores dos livros didáticos, com textos que reforçam a idéia capitalista de valorização econômica de uma área única em termos de biodiversidade ao ressaltarem a exploração comercial de minérios, sem destacar o impacto negativo das ações (ANDRADE, 2012).

Após o estabelecimento da Revolução Industrial, o consumismo se tornou mais intenso devido aos processos de extração de recursos naturais, objetivando transformá-

los em bens de consumo, atendendo aos ditames do capitalismo urbano-industrial (MARTINS; CONDE, 2011). Os textos também detalham como o Quadrilátero Ferrífero foi extremamente importante para a industrialização do Sudeste brasileiro. Os escritos sobre o tema evocam, ainda, o direcionamento dos minerais via ferrovias para exportação nos portos de Sepetiba/RJ ou Tubarão/ES, bem como o emprego das mesmas em siderúrgicas e metalúrgicas nacionais, sejam do entorno ou de outros estados (ANDRADE, 2016). A desconstrução de identidades e culturas afeta aspectos relevantes do cotidiano. Segundo Carvalho e Costa (2012, p. 27):

- os saberes e as experiências de produção vivenciados pelas famílias camponesas são referenciais importantes para a reprodução de novos ciclos produtivos;
- as práticas tradicionais, o intercâmbio de informações entre vizinhos, parentes e compadres, o senso comum, assim como a incorporação gradativa e crítica de informações sobre as inovações tecnológicas que se apresentam nos mercados, constituem um amálgama que contribui para as decisões familiares sobre o que fazer;
- o uso da terra pode ocorrer de maneira direta pela família, em parceria com outras famílias vizinhas ou parentes, em coletivos mais amplos ou com partes do lote arrendados a terceiros;
- há diversificação de cultivos e criações, alternativa de utilização dos produtos obtidos, seja para uso direto da família, seja para usufruir de oportunidades nos mercados, e presença de diversas combinações entre produção, coleta e extrativismo;
- a unidade de produção camponesa pode produzir artesanatos e fazer o beneficiamento primário de produtos e subprodutos;
- existe garantia de fontes diversas de rendimentos monetários para a família, desde a venda da produção até a de remuneração por dias de serviços de membros da família;
- a solidariedade comunitária (troca de dias de serviços, festividades, celebrações), as crenças e os valores religiosos por vezes impregnam as práticas da produção; estão presentes elementos da cultura patriarcal;
- e, enfim, mas não finalmente, existem relações afetivas e simbólicas com as plantas, os animais, as águas, os sítios da infância, com a paisagem... e com os tempos.

Com a consolidação desse sistema socioeconômico, a constante industrialização intensificou a urbanização, aumentando a dilapidação da natureza, colocando-a a disposição de poucos homens com seus interesses de lucro e poder, desprezando assim o interesse coletivo da sustentabilidade necessária a todos (ALVES; MAGALHÃES, s/d). Uma realidade que passou a ser imposta a inúmeras comunidades rurais, que se tornaram apenas espaços produtores de várias matérias primas e

produtos, direcionados ao crescente consumo da crescente sociedade urbano-industrial (ANDRADE, 2007-b). Dentro desta realidade, acabaram surgindo conflitos entre os espaços rural e urbano e entre grandes produtores rurais, ansiosos por lucro e pequenos agricultores ligados a terra, na qual obtêm o “suado” sustento (SANTOS; SILVA, 2012). Territórios ancestralmente trabalhados por famílias e grupos coletivos encontram-se em processo de extinção devido à rápida incorporação às lógicas do mercado (ANDRADE, 2007-a). A Música “Uma coisa puxa outra” de Tião Carrero e Pardinho apud Andrade (2016), ilustra bem uma realidade em extinção, a do homem do campo, ou camponês:

Sem o braço do caboclo/não existe produção
Não tem soja não tem trigo/Nem arroz e nem feijão
Sem auxílio da lavoura/Não vai nada pro fogão
Uma coisa puxa a outra/Vai aqui minha opinião
O que seria da cidade/Sem ajuda do sertão
Sem trabalho e sem luta/A gente não ganha o pão

Diante desse consumo exarcebado, que gera dilapidação ambiental, disparidades sociais, incertezas e ausências de perspectivas, acaba restando ao pequeno produtor apenas uma escolha: ou resistir, mantendo seu vínculo harmônico com a terra de seus ancestrais, ou sucumbir atendendo a voracidade do sistema opressor (GADOTTI, 2000-a). Se a alternativa escolhida for à segunda, restará um único caminho: a contínua exploração dos recursos naturais até a exaustão dos mesmos, criando o rompimento definitivo com a realidade rural, levando-o a procurar por novas oportunidades nas cidades (CORDEIRO, 2008). Ao se dirigir à cidade grande em busca de novas perspectivas e melhorias, e sem qualificação, sem emprego, sem perspectivas, ele e sua família estarão condenados à inserção nas problemáticas periferias, na maioria dos casos sem direito a condições dignas de vida, ampliando os índices de dominação, exploração, degradação e alienação, já tão comuns na sociedade atual (SANTOS; ANDRADE, 2008). Santos e Souza (2012, p.01) afirmam que:

O campo brasileiro tem vivido mudanças na sua estrutura ao ponto que o modelo capitalista tem adentrado na dinâmica por meio do agronegócio e tem tentado construir um modelo de campo voltado para os lucros. Nesse sentido, o campo tem si tornando território de lutas e disputas, cujos sujeitos envolvidos

são os autores do agronegócio e os camponeses. Então, estamos diante de um questionamento fundamental: qual projeto de campo queremos? Um campo para o agronegócio ou um campo para o camponês?

Nesse quadro, a luta pela terra, a luta pela educação no/do campo tem trazido a tona discussões consistentes que se estabelecem para a preservação do sujeito principal do campo, que é o camponês.

Esta desconstrução de paisagens, identidades e territorialidades camponesas se amplia pelo Brasil afora e em Itabirito, não seria diferente (OLIVEIRA, 1997). Mas precisamente de acordo como o IBGE (2008), a população rural diminuiu maçicamente nas últimas décadas e a urbana dobrou. Esta realidade deve retomar a discussão em torno da construção da sustentabilidade no campo, que deve se pautar principalmente na valorização dos patrimônios cultural e natural das comunidades e seus habitantes, promovendo meios efetivos de fixação do agricultor familiar (FERREIRA, s/d, p. 1253). Nessa disparidade, porém há um ávido movimento social em reconstrução e ressignificação tendo a educação como fio condutor (FREIRE, 2003). Camponeses se autoafirmam e se legitimam através de revisão de seus processos educativos, revisitados numa perspectiva de emancipação e de autonomia, conforme atestam Oliveira e Campos (2012, p. 240):

A rebeldia como sentimento/luta pela emancipação é um traço pedagógico de diversas populações camponesas, indígenas, caiçaras, quilombolas, atingidas por barragens, de agricultores urbanos, que estão buscando a educação a partir de uma perspectiva contra-hegemônica, conforme Gramsci¹ nos ensina. Foi exatamente isso que produziu a diferenciação da *Educação do Campo* da histórica *educação rural*: o protagonismo dos movimentos sociais do campo na negociação de políticas educacionais, postulando nova concepção de educação que incluisse suas cosmologias, lutas, territorialidades, concepções de natureza e família, arte, práticas de produção, bem como a organização social, o trabalho, dentre outros aspectos locais e regionais que compreendem as especificidades de um mundo rural (Kolling e Molina², 1999; Caldart³, 2000).

Ao contrário da Educação do Campo, a educação rural sempre foi instituída pelos organismos oficiais e teve como propósito a escolarização como instrumento de adaptação do homem ao produtivismo e à idealização de um mundo do trabalho urbano, tendo sido um elemento que contribuiu ideologicamente para provocar a saída dos sujeitos do campo para se tornarem operários na cidade. A educação rural desempenhou o papel de inserir os

¹

² Kolling, E. J.; Nery, I.; Molina, M. C. *Por uma educação básica do campo (memória)*. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 1999.

³ Caldart, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis: Vozes, 2000.

sujeitos do campo na cultura capitalista urbana, tendo um caráter marcadamente “colonizador”, tal como critica Freire⁴ (1982).

Neste contexto, algumas universidades federais dentre as quais, a de Minas Gerais tem construindo significativas contribuições ao ofertar o curso de Licenciatura em Educação do Campo (LECAMPO), através da Faculdade de Educação (FAE/UFMG). Certamente esta nova modalidade de graduação será imprescindível para promover novos questionamentos direcionados à revisão e à reestruturação do sistema educacional brasileiro (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2012). Estas mudanças fazem-se necessárias, diferenciando-se as dinâmicas e realidades rurais das urbanas e reforçando a construção de um modelo educativo rural baseado numa formação socioambiental que efetive a sustentabilidade no campo (FARIA FILHO, 2005). Que os alunos reconheçam o espaço rural como único e socialmente relevante para a construção de uma nova sociedade, mas equânime e viável (GADOTTI, 2000-b). E que se amplie o número de educadores que trabalhem nesta nova diretriz pedagógica objetivando romper efetivamente com a desvalorização do espaço rural. Caldart (2012, p. 259) verifica que:

A Educação do Campo nomeia um *fenômeno da realidade brasileira atual*, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana. Como conceito em construção, a Educação do Campo, sem se descolar do movimento específico da realidade que a produziu, já pode configurar-se como uma *categoria de análise* da situação ou de práticas e políticas de educação dos trabalhadores do campo, mesmo as que se desenvolvem em outros lugares e com outras denominações. E, como análise, é também compreensão da realidade *por vir*, a partir de possibilidades ainda não desenvolvidas historicamente, mas indicadas por seus sujeitos ou pelas transformações em curso em algumas práticas educativas concretas e na forma de construir políticas de educação.

3 CARACTERIZAÇÃO DE UMA ESCOLA RURAL EM ÁREA URBANA: Itabirito - MG

Foi no século XVIII, entre 1706 e 1709, que o Capitão-Mor Francisco Homem Del Rey e o piloto da Nau Nossa Senhora da Boa Viagem, Luiz de Figueiredo Monterroyo

⁴ Freire, P. *Extensão ou comunicação?* 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

chegaram na região em busca de ouro (ANDRADE, 2012). A partir de 1752, já na condição de Distrito Colonial de Vila Rica, recebeu o nome de Itabira do Campo, que o identificou até o ano de 1923, quando emancipou-se politicamente em 7 de setembro, com o nome de Itabirito, originário do Tupi, nome este que denomina um minério de ferro abundante na região (IBGE, 2008). O fato de se localizar exatamente entre Ouro Preto e o antigo Curral Del Rey, local escolhido para se tornar a nova capital de Minas Gerais, tornou a região um ponto estratégico de parada dos tropeiros que transitavam pelas montanhas entre as duas localidades (ANDRADE, 2016). No final do século XVII, as descobertas de ouro nas imediações de Sabará e Ouro Preto provocaram um grande deslocamento de pessoas para a região central de Minas Gerais (ANDRADE, 2012).

Colonos e imigrantes de vários lugares começaram a povoar as terras que, em pouco tempo, transformaram-se em arraiais, freguesias e vilas (IBGE, 2008). Os povoamentos iniciais na sede de Itabirito e nos distritos de Acuruí, São Gonçalo do Bação e São Gonçalo do Monte são contemporâneos às primeiras explorações auríferas em Minas (ANDRADE, 2016). Durante esse período destacam-se: a presença do Distrito de Acuruí antigo Rio das Pedras em um dos braços da Estrada Real, ligando Sabará a Ouro Preto; o Pico de Itabirito como marco geográfico para os deslocamentos das expedições pelo Rio das Velhas; e a edificação de grande parte dos antigos templos religiosos de Itabirito (IBGE, 2008).

Figura 01 - Localização de Itabirito no Brasil e em Minas Gerais



Fonte: ANDRADE (2016).

As atividades de mineração do ouro na Sede e em Acuruí continuaram ativas e influenciaram a economia regional até meados do século XIX, apesar dos sinais de esgotamento de boa parte das jazidas em Minas Gerais (ANDRADE, 2012).

Conectadas às atividades comerciais, agrícolas e pecuárias as extrações auríferas ajudaram a minimizar os efeitos da crise mineratória nessas localidades (ANDRADE, 2016). No entanto, a partir de 1845, as evidências de diminuição dos rendimentos das lavras e faiscações e o desabamento da principal mina da região a de Cata Branca começaram a provocar um expressivo desaquecimento econômico que refletiu-se na vida social e cultural da população local (IBGE, 2008). Esse cenário arrastou-se até a década de 1880, quando as instalações dos trilhos da Estrada de Ferro Dom Pedro II, a abertura de empresas nos ramos da siderurgia, quando foi criado a Usina da Esperança em 1888, iniciando sua produção em 1891, constituindo a pioneira do ramo siderúrgico na América Latina, empresas de tecidos e couro e o crescimento da população passaram a modificar a feição da Sede de Itabirito, antiga freguesia de Itabira do Campo (ANDRADE, 2012). Aos poucos, a antiga paisagem colonial começou a ser substituída pela paisagem industrial. Esse desenvolvimento tornou-se a base de sustentação para os desejos de emancipação municipal, realizada em 07 de setembro de 1923 (IBGE, 2008). Itabirito está inserida na região geoeconômica e geoambiental do Quadrilátero Ferrífero e abriga importante atividade de exploração de minério, além de outros ramos dinâmicos nos setores da indústria e de serviços (ANDRADE, 2012). O município é estrategicamente cortado pelas rodovias BR 040 e BR 356 Rodovia dos Inconfidentes, situando-se entre Belo Horizonte (55 km),

Congonhas, Mariana e Ouro Preto (48 km), fato que equaciona seu potencial urbano-industrial e minerário (ANDRADE, 2016).

A região localiza-se a uma altitude média de 901 metros, predominando o clima tropical de altitude, de tipo Cwb na classificação climática de Köppen, com verões temperados e úmidos e invernos secos, são registradas geadas ocasionais no município (ANDRADE, 2012). Situado no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, sua economia gira em torno da mineração, siderurgia e comércio, sendo que os dois últimos dependem invariavelmente da atividade mineral desempenhada no município (IBGE, 2008). Geologicamente, Itabirito (MG) se caracteriza pela abundância de itabirito, um tipo de minério de ferro, responsável pela toponímia oficial do município (ANDRADE, 2016). O ponto culminante é encontrado no Pico do Itabirito, monolito de hematita com de 1.586 metros, declarado patrimônio histórico do estado e símbolo máximo da destruição ambiental decorrente da mineração⁵. É preciso romper com este viés histórico de valorização econômica dos atributos naturais do Quadrilátero Ferrífero (ANDRADE, 2012).



Figura 02: Destruição minerária no entorno do Pico do Itabira



Fonte: ROSIÈRE, et. al. (2005)

⁵ A economia de exploração do ouro e, posteriormente substituída, em maior escala, pela mineração de ferro, é considerada como um dos vetores de expansão urbana, iniciada pelos municípios metropolitanos de Brumadinho, Caeté, Itabirito, Nova Lima, Raposos, Rio Acima e Sabará. Neste contexto, lamentavelmente o processo de licenciamento ambiental não avalia devidamente os custos ambientais, muitas vezes irrecuperáveis resultando em inúmeras áreas que impactadas acabam sendo abandonadas.

Na busca por um resgate de uma identidade e cultura camponesa em via extinção, o turismo traz novas possibilidades e perspectivas socioeconômicas (ANDRADE, 2016). A famosa forma acolhedora de receber dos mineiros, em especial no Circuito Turístico do Ciclo do Ouro, atraem turistas de todos os estados do Brasil (SITE DE NOTÍCIAS E EVENTOS DE ITABIRITO, 2010). Neste aspecto, a Gastronomia traz indícios de uma ruralidade mineira evidenciado em pratos como angu, caldos variados, canjica doce, carne de porco, doces variados, frango ao molho pardo, feijão tropeiro, pinga com mel, vinho quente, quentão, umbigo de banana, entre outras iguarias, ingredientes e receitas (ANDRADE, 2016). A cidade reúne visitantes na Julifest, festa anual programada para a segunda semana do mês de Julho, na Praça dos Inconfidentes (SITE DE NOTÍCIAS E EVENTOS DE ITABIRITO, 2010). São quatro dias de evento com música popular brasileira, infraestrutura e segurança completas, quitandas e quitutes (ANDRADE, 2016). As barracas, que retratam as construções típicas da zona rural, são construídas pelos próprios moradores e oferecem pratos típicos da culinária itabiricense como pastel de angu, considerado patrimônio cultural da cidade (GONTIJO, 2010).

Devido à variedade de recheios, a cidade realiza a Festa do Pastel de Angu com quadrilhas, apresentações musicais e apresentações folclóricas (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO, 2010).

4 RIBEIRÃO DO EIXO: SÍNTESE DAS PAISAGENS ECOLÓGICAS QUE COMPÕEM O QUADRILÁTERO FERRÍFERO – MINAS GERAIS

O Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais, localizado em grande parte em municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH e do Colar Metropolitano assim como inúmeras outras áreas geográficas dotadas de significativos atributos bióticos, culturais, econômicos e estéticos, destaca-se por sua vocação minerária, responsável pelo surgimento dos núcleos de população desde o século XVIII (ANDRADE, 2012). A geologia da região é considerada uma das mais complexas e

antigas do Brasil, com séries rochosas de idades variadas aflorando lado a lado (ANDRADE, 2016). Neste sentido, deve-se compreendê-lo enquanto espaço em potencial para ações de educação e percepção ambiental sendo, para isto, necessário uma breve caracterização socioambiental (ANDRADE, 2012).

O Quadrilátero Ferrífero é limitado a oeste pela Serra da Moeda, a norte pela Serra do Curral, ao sul pela Serra de Ouro Branco e a leste pela Serra do Caraça, áreas caracterizadas geologicamente pela abundância em reservas de minério de ferro e, portanto extremamente ameaçadas (ANDRADE, 2008-b). Historicamente, a área em questão, localizada no sul da cadeia do Espinhaço, região do divisor de águas entre as bacias do Rio Doce e São Francisco sempre foi caracterizado e valorizado pela sua riqueza mineralógica e comercial e não por seus atributos ecológicos e naturais (ANDRADE, 2008-b). O Quadrilátero Ferrífero é uma região relevantemente importante dentro das perspectivas de conservação de fauna e flora, por ser uma área de encontro de dois importantes biomas brasileiros declarados cientificamente como *Hotspots* (ANDRADE, 2016). Mas o que seria este termo aparentemente desconhecido?

Hotspots são áreas naturais mundiais relativamente preservadas ou ameaçadas que ocupam apenas 2,3% da superfície terrestre, mas abrigam 50% do total das plantas e 42% dos vertebrados conhecidos atualmente pela ciência e 75% das espécies ameaçadas dentre as quais: mamíferos, aves e anfíbios (ANDRADE, 2012). *Hotspots* são biomas que apresentam ambientes riquíssimos em biodiversidade e um enorme número de espécies endêmicas (endemismo) e que já perderam cerca de 70% de sua área natural (ANDRADE, 2008-b). No contexto brasileiro, destacam-se a existência do Cerrado e da Mata Atlântica, dois *hotspots* diretamente ameaçados ou afetados pela ação humana (ANDRADE, 2016). A região do Quadrilátero Ferrífero ecologicamente está inserida na zona geográfica de transição desses dois importantes biomas brasileiros em Minas Gerais (ANDRADE, 2008-b).

Nesta região geomorfológica caracterizada pelo alto grau de biodiversidade e de endemismos e pelas constantes ações antrópicas que ameaçam sua integridade ecológica, a floresta estacional semidecidual (uma formação da mata atlântica)

predomina a leste e sul, principalmente em áreas de drenagem e respectivos vales, oferecendo a população da RMBH consideráveis mananciais de abastecimento público (ANDRADE, 2008-b). No oeste e norte, a ocorrência é de cerrado *sensu strictu*, campo-cerrado, cerradão e os campos ferruginosos específicos das áreas de “canga” (ANDRADE, 2016). Este último é um substrato rochoso com ocorrência de metais pesados, aonde a rocha exposta chega a 72° C graus devido à constante exposição solar que, associadas a diferentes temperaturas e variações bruscas do dia para a noite, caracterizam-na como um ecossistema incomum (ANDRADE, 2008-b). A “canga” é uma rocha ferruginosa com cerca de 30 a 50 metros de profundidade que se sobrepõe ao minério de ferro e se caracteriza por ser um dos ecossistemas mais peculiares e ameaçados pela atividade de mineração (ANDRADE, 2016).

Estas formações ferríferas bandeadas, itabiritos formadas por placas alternadas de sílica e ferro, comuns em cristas e encostas e geralmente associadas ao quartzito e ao granito/gnaiss são também chamadas de “ilhas de ferro” (ANDRADE, 2008-b). O itabirito tem sua origem nos sedimentos formados pela precipitação química do ferro e do silício, devido à região onde se situa o QF tem sido ciclicamente ocupada por mares continentais responsáveis pela origem dos sedimentos carbonáticos, dolomitos e ferruginosos, itabiritos (ANDRADE, 2016). A “canga” também está associada a elevadas altitudes (ANDRADE, 2008-b). Neste ambiente peculiar, caracterizado pela escassez de nutrientes, onde quase toda matéria orgânica desceu para os vales, desenvolve-se uma vegetação expressiva marcada pela adaptação de espécies vegetais raras, como as centenárias canelas-de-ema cujo crescimento lento decorre da ausência de nutrientes (ANDRADE, 2016). Num ambiente aparentemente hostil desenvolveram espécies adaptadas como bromélias, cactos, canelas-de-ema e orquídeas, muitas delas endêmicas, ou seja, inexistentes em qualquer outro lugar do mundo (ANDRADE, 2008-b).

Estas áreas de serras que compõem a porção sul da Serra do Espinhaço, devido ao alto grau de endemismo e de biodiversidade foram declaradas como Reserva da Biosfera pela UNESCO (ANDRADE, 2008-b). Nas áreas de “canga” ocorrem ainda

cavernas que abrigam espécies desconhecidas e protegem a fauna local, onde nos raros espeleotemas já foram encontradas inscrições rupestres datadas em 1.500 anos atrás (ANDRADE, 2008-B). Esta ameaçada região denominada Quadrilátero Ferrífero por sua intrínseca relação de dependência e interrelação presentes nas mais diversas manifestações da natureza é alvo de estudos de universidades que, associados ao gerenciamento do Instituto Estadual de Florestas – IEF, em algumas áreas têm socializado informações educativas, extremamente relevantes ao processo de sua efetiva conservação ambiental (ANDRADE, 2016). Além das mineradoras, outras ameaças são comuns como, por exemplo, a invasão de espécies exóticas sendo a principal o capim-gordura e os incêndios ocorridos principalmente na época mais seca do ano (ANDRADE, 2008-b). A existência, por exemplo, de espécies biologicamente adaptadas ao fogo, não justifica jamais a ocorrência de queimadas, em sua maioria, criminosas (ANDRADE, 2008-b).

O resultado muitas vezes é irreversível como a perda de espécies nativas ampliando o quadro já existente no estado de Minas Gerais onde 98% da vegetação são consideradas secundárias, sendo apenas 2% nativa (ANDRADE, 2016). Na região do Quadrilátero Ferrífero, considerada oficialmente como Área de Importância Extrema apesar de existirem áreas protegidas pela esfera pública, a degradação é constante, algo visível nas inúmeras mineradoras existentes no contexto socioambiental (ANDRADE, 2016). Somente para se ter uma idéia do alarmante quadro de devastação da região, pode-se citar como exemplo o Pico do Itabirito que foi submetido, muito embora faça parte do conjunto de elementos naturais oficialmente preservados pelo poder público, à ação devastadora do maior agente de transformação local, a mineração, historicamente alicerçada na realidade mineira (ANDRADE, 2008-a). Além desta relação de áreas protegidas, uma parte do Quadrilátero Ferrífero, é parcialmente protegida pela Área de Proteção Ambiental do Sul Metropolitano – APA-SUL RMBH. Mas as perspectivas estão sendo desenvolvidas sob a égide da expansão urbano-industrial capitalista e expõe perigos futuros (ANDRADE, 2011).

5 UMA ESCOLA RURAL AMEAÇADA E POSSIBILIDADES DE SUA REORGANIZAÇÃO

No sudoeste do QF, a Escola Municipal Ribeirão do Eixo, localizada na BR 040 é das seis escolas rurais (figura 02) da Rede Municipal de Ensino do município de Itabirito, Minas Gerais objetivando envolver a comunidade local no atendimento às demandas da educação básica (ANDRADE, 2012). A Escola Municipal Ribeirão do Eixo, zona rural de Itabirito ligada a 25ª Superintendência Regional de Ensino/Ouro Preto-MG e funciona no turno da manhã oferecendo a Educação Infantil (1º e 2º período-turma multisseriada) e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). Caracteriza-se como uma das poucas escolas públicas construídas na região com o intuito de atender a demanda local de Séries iniciais do Ensino Fundamental (Quadro I) do entorno: 1º ano (06 anos de idade), 2º ano (07 anos de idade), 3º ano (08 anos de idade), 4º ano (09 anos de idade) e 5º ano (10 anos de idade) que equivalem ao Pré-escolar (Fase introdutória) e à antiga 1ª à 4ª. Segundo Maria Salete Vasconcelos (2012), Diretora das Escolas Municipais Rurais, vinculada à SEMED/Casa do Professor a respectiva instituição educacional possui 40 alunos distribuídos em 06 turmas: Ed. Infantil com 11 alunos, 1º ano com 06 alunos, 2º ano com 07 alunos, 3º ano com 06 alunos, 4º ano com 06 alunos e 5º ano com 04 alunos (ANDRADE, 2012).

Nota-se que a escola tem pouquíssimos alunos, fato que no futuro pode justificar tecnicamente sua extinção e consecutivo fechamento, obrigando os alunos a se deslocarem para os centros urbanos em busca de formação educacional (Quadro I), um direito fundamental previsto na Constituição Brasileira (ANDRADE, 2012). Sobre educação, enquanto direito, Haddad (2012, p. 217) disserta que:

Conceber a educação como direito humano significa incluí-la entre os direitos necessários à realização da dignidade humana plena. Assim, dizer que algo é um direito humano é dizer que ele deve ser garantido a todos os seres humanos, independentemente de qualquer condição pessoal. Esse é o caso da educação, reconhecida como direito de todos após diversas lutas sociais, posto que por muito tempo foi tratada como privilégio de poucos. Por meio da educação, são acessados os bens culturais, assim como normas, comportamentos e habilidades construídos e consolidados ao longo da história da humanidade. Tal direito está ligado a características muito caras à espécie humana: a vocação de produzir conhecimentos, de pensar sobre sua própria

prática, de utilizar os bens naturais para seus fins e de se organizar socialmente. A educação é um elemento fundamental para a realização dessas características. Não apenas a educação escolar, mas a educação no seu sentido amplo, a educação pensada como uma ação humana geral, o que implica a educação escolar, mas não se basta nela, porque o processo educativo começa com o nascimento e termina apenas no momento da morte. A educação pode ocorrer no âmbito familiar, na comunidade, no trabalho, junto com amigos, nas igrejas etc. Os processos educativos permeiam a vida das pessoas.

Figura 03 - Emblema das escolas rurais de Itabirito.



Escola: lugar de plantar e colher conhecimentos.

Fonte: Andrade (2012)

Quadro I – Organização do ensino fundamental nas redes municipal e estadual de Minas Gerais

Idade	Sistema por Séries	Sistema de Ciclos	Novo sistema
06 anos	Pré-escolar	1º série do 1º Ciclo	1º ano
07 anos	1º série – CBA	2º série do 1º Ciclo	2º ano
08 anos	2º série – CBA	3º série do 1º Ciclo	3º ano
09 anos	3º série	1º série do 2º Ciclo	4º ano
10 anos	4º série	2º série do 2º Ciclo	5º ano
11 anos	5º série	3º série do 2º Ciclo	6º ano
12 anos	6º série	1º série do 3º Ciclo	7º ano
13 anos	7º série	2º série do 3º Ciclo	8º ano
14 anos	8º série	3º série do 3º Ciclo	9º ano

Fonte: Andrade (2012)

O prédio escolar é extremamente pequeno, datado de 1988 e é formado por 01 pavimento de 01 andar, subdividido em inúmeras salas (ANDRADE, 2012). Nota-se um espaço escolar mínimo resultado de um planejamento arquitetônico muito comum em outras escolas rurais (ANDRADE, 2012). Observa-se a inexistência de espaços maiores destinados ao convívio dos alunos. Algumas salas são muito próximas e inúmeras outras se encontram adaptadas (ANDRADE, 2016). São 05 salas de aula, 01 sala de áudio-vídeo, 01 biblioteca, 03 salas administrativas, 01 cantina com refeitório anexo e

01 quadra coberta (ANDRADE, 2012). Há um refeitório, por sua vez é tecnicamente inadequado. Há existência de poucas lixeiras pelos corredores (ANDRADE, 2012). A equipe da escola é formada por: 06 professoras (03 com graduação e 03 com pós-graduação), 01 auxiliar de serviços gerais e 01 servente escolar (responsáveis pela limpeza e alimentação) que ficam diretamente na escola; e uma secretária, 01 supervisora pedagógica e 01 diretora que fazem acompanhamento à distância e compõem a equipe responsável por 06 escolas municipais rurais do município (Quadro II). Localiza-se numa estrada vicinal sem denominação oficial ao lado da BR 040, próximo à curva do Eixo, e recebe correspondências pelo CEP 35.450-000 (ANDRADE, 2012). Insere-se numa área de trânsito intenso e perigoso, com fluxo contínuo de carros, caminhões e linhas de ônibus, que utilizam a BR 040 como principal via de acesso para várias cidades da Zona da Mata Mineira e Campo das Vertentes, bem como para o estado do Rio (ANDRADE, 2012).

Quadro II – Quadro de funcionário da Escola Municipal Ribeirão do Eixo, município de Itabirito, estado de Minas Gerais.

Turno	Professores	Equipe pedagógica	Auxiliares Administrativos	Serviços gerais	Eventuais/bibliotecários
1º (07h00/11h30)	13	01	03	04	01
2º (13h00/17h30)	00	00	00	00	00
3º (18h00/22h30)	00	00	00	00	00
TOTAL	13	01	03	04	01

Fonte: Andrade (2012)

A região onde se insere a respectiva escola caracteriza-se por ser uma área de transição de faixas socioeconômicas que variam de média-baixa a baixa renda com muitas pessoas residindo em condição temporária devida à prestação de serviços em sítios e condomínios (ANDRADE, 2008-b). Há poucos moradores autóctones, sendo as práticas agrícolas familiares, algo em desconstrução. Além de ser uma região de classes mais humildes, o local é pouco adensado e apresenta problemas como deficiência de equipamentos públicos, atendimentos de saúde, educação e transporte, ausência de meios de lazer e entretenimento e consideráveis índices de êxodo rural (ROMANO; CUNHA, 2012).

Segundo informações, alguns pais por não terem concluído os estudos estando com escolaridade incompleta nas séries iniciais (Fases I, II, III, IV dos Ciclos Inicial e Complementar de Alfabetização), ou não serem alfabetizados apresentam dificuldades de auxiliarem seus filhos nos deveres-de-casa. O 1º turno funciona de 07h00min as 11h20min, com inexistência técnico-operacional do 2º turno e do 3º turno por não haver demanda local para os mesmos (LEITE, 1996). A proposta é utilizar o prédio nos turnos da tarde e noite ofertando o ensino técnico voltado ao resgates das práticas agrícolas sustentáveis e da ruralidade, bem como valorização das paisagens ecológicas ameaçadas através das formações em ecologia e turismo (SANTOS; LACERDA, 2009). Pensando numa perspectiva específica para a formação de agentes em “Educação Socioambiental, esta proposta inicialmente se fundamenta no principal de inviabilizar tentativas de extinção e fechamento escolar, legitimando-a como escola do campo que de acordo com Molina e Sá (2012, p. 326-327) explicitam que:

A concepção de escola do campo nasce e se desenvolve no bojo do movimento da Educação do Campo, a partir das experiências de formação humana desenvolvidas no contexto de luta dos movimentos sociais camponeses por terra e educação. Trata-se, portanto, de uma concepção que emerge das contradições da luta social e das práticas de educação dos trabalhadores do e no campo. Sendo assim, ela se coloca numa relação de antagonismo às concepções de escola hegemônicas e ao projeto de educação proposto para a classe trabalhadora pelo sistema do capital. O movimento histórico de construção da concepção de escola do campo faz parte do mesmo movimento de construção de um projeto de campo e de sociedade pelas forças sociais da classe trabalhadora, mobilizadas no momento atual na disputa contra-hegemônica.

Quadro III – Organização do ensino fundamental

Turno	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
1º turno	06 alunos	07 alunos	06 alunos	06 alunos	04 alunos
2º turno	00 alunos	00 alunos	00 alunos	00 alunos	00 alunos
3º turno	00 alunos	00 alunos	00 alunos	00 alunos	00 alunos
TOTAL	06 alunos	07 alunos	06 alunos	06 alunos	04 alunos

Fonte: Andrade (2012)

A criação dos cursos técnicos pode beneficiar todo o município e municípios vizinhos. Seria a busca de um equilíbrio entre as necessidades do presente e a valorização do patrimônio cultural e ambiental construindo uma visão que entende a importância da memória, do passado, nas projeções do presente e do futuro

(ANDRADE, 2016). Atualmente, Itabirito desenvolve-se sob a égide urbano-industrial capitalista, referência importante que ameaçam as histórias que antecederam ou acompanharam a formação da municipalidade (ANDRADE, 2016). Neste sentido, a escola localizada entre as Serras da Moeda e das Serrinhas, no vale do límpido Ribeirão do Silva está sendo mobilizada pela Rede Ação Ambiental (ANDRADE, 2016). As paisagens ecológicas próximas de localidades como Córrego do Bação, Ribeirão do Eixo e São Gonçalo do Bação, chamam a atenção para as relações harmônicas que podem ser estabelecidas entre homem e natureza, convocando todos ao encantamento e a ação (ANDRADE, 2008-b). A região seriamente pressionada por condomínios e mineradoras e marcada constantemente por inúmeros impactos ambientais vislumbra agora perspectivas de preservação e sustentabilidade para seus lugares e paisagens, preservando assim sua história, cultura e ambiente (ANDRADE, 2008-a).

Este Projeto de Educação e Mobilização Socioambiental realizado a partir da escola de Ribeirão do Eixo visa mobilizar todos para a escola politécnica agroecológica denominada ESCADA – Escola de Sustentabilidade, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Agrário (ANDRADE, 2016). O projeto encontra-se em fase de elaboração e se organiza em torno dos eixos temáticos, a seguir:

- 1ª Etapa: Introdução, tema de pesquisa e problematização; definição de objetivos, gerais e específicos / procedimentos metodológicos; Campo de estudo / levantamentos e trabalhos de campo / instrumentos de coleta de dados / sistematização e categorização;
- 2ª Etapa: Paisagens culturais e patrimônio histórico: Caracterização de Ribeirão do Eixo; A construção histórico-cultural de um lugar: História de Ribeirão do Eixo; Paisagens Ecológicas e a dinâmica ambiental: Geografia de Ribeirão do Eixo; Aspectos Socioeconômicos de Ribeirão do Eixo; Cultura, Agroturismo e Desenvolvimento Rural em Ribeirão do Eixo;
- 3ª Etapa: Desenvolvimento Rural e ecologia de paisagens: notas para uma nova perspectiva; Um recorte ecológico: Fazenda Aredes e Serra da Moeda, Ribeirão do Eixo; Um recorte geográfico: Serrinha e Almas, Ribeirão do Eixo; Um recorte

histórico: Viaduto Vila Rica, Ribeirão do Eixo; Potencial agroturístico de Ribeirão do Eixo (proposta de melhoria para a realidade estudada)

- 4ª Etapa: Objetivo dos cursos de formação técnica/perfis dos profissionais formados/mercado futuro e competências exigidas/estrutura, organização, matriz curricular e titulação legal; Resultados esperados e viabilidade da proposta

Estas etapas foram sistematizadas durante o segundo semestre de 2016 e pretende-se agora a partir da comunidade local prosseguir com ações específicas para viabilizar o projeto (ANDRADE, 2016). Tem por objetivo geral contribuir para a resignificação e valorização da cultura e realidade local e como objetivos específicos desenvolver ações de leitura e apropriação do espaço rural local; valorizar os grupos culturais e histórias locais expressas na memória e oralidade; repensar a realidade local a partir da reflexão sobre os impactos existentes; a proposta é discutir junto da comunidade local o uso dos espaços escolares em turnos nos quais não há atividade para se ofertar cursos técnicos nas áreas de agropecuária, ecologia e turismo (MOREIRA, 1999). Sobre a construção da sustentabilidade local, Silva (2012, p. 206-207) indica que:

Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental

É importante ressaltar que o desenvolvimento sustentável é herdeiro de um conceito anterior, da década de 1980, que já procurava discutir a questão dos *estilos de desenvolvimento*. Denominado *ecodesenvolvimento*, esse conceito tocava em questões cruciais, como a importação imposta do modelo de desenvolvimento dominante em sentido unilateral, do Primeiro Mundo para o Terceiro Mundo, como se chamavam nessa época o centro e as margens do sistema-mundo. Questões como a relação Norte-Sul, a opressão das dívidas externas dos países do Terceiro Mundo e a transferência acrítica de tecnologia aparecem na abordagem de Ignacy Sachs⁶ (1986) como geradoras de problemas socioambientais e impedidoras da construção de novos estilos de desenvolvimento no Sul. Esses novos estilos deveriam incorporar noções de participação local, diversidade cultural e ecológica, soluções localmente adaptadas, pluralismo tecnológico, solidariedade intergeracional, integração das diferentes dimensões (social, ecológica, cultural, econômica, territorial), modelos econômicos mais autossuficientes e ênfase na produção baseada na biomassa local (energia renovável).

A ideia em construção faz parte do diagnóstico feito a partir da escola rural local e das ações da Rede Ação Ambiental desenvolvidas no CEA Sítio *Mairiporanga*, uma pequena síntese do Quadrilátero Ferrífero (ANDRADE, 2016). A região adjacente ao

CEA Sítio *Mairiporanga*, é uma importante área de recarga da sub-bacia do Ribeirão do Silva, pertencente por sua vez, à hierarquia hidrográfica do rio das Velhas, importante fonte de abastecimento cerca de 70% da água utilizada pela população da cidade de Belo Horizonte e um dos maiores contribuintes da bacia do rio São Francisco (ANDRADE, 2008-b). A região espera agora pela definitiva preservação da Serra da Moeda, implantação de uma estrada parque e de um posto de fiscalização da Polícia Ambiental em conjunto com IEF. Ações estas que certamente consolidarão a preservação dos cantos, encantos e recantos do entorno (ANDRADE, 2016).

O CEA Sítio *Mairiporanga*, localizado na região da Várzea do Lopes, próximo a Ribeirão do Eixo/Itabirito, com área aproximada de 02 hectares está localizado a aproximadamente 56 quilômetros de Belo Horizonte com acesso direto pela rodovia federal BR-040, próximo à localidade de Ribeirão do Eixo, no município de Itabirito, numa área rural denominada “Várzea do Lopes” (ANDRADE, 2008-b). Situa-se em zona de transição entre cerrado e mata, no sopé da Serra das Serrinhas, numa região pressionada por mineradoras e condomínios (ANDRADE, 2016). A região pertencente à sub-bacia hidrográfica do Ribeirão Silva, um dos tributários da alta vertente do Rio das Velhas, afluente do Rio São Francisco (ANDRADE, 2008-b). Segundo a proprietária, Eliana Apgaua, a palavra *Mairiporanga* é de origem tupi e surgiu da fusão criativa dos termos *Mairi*, que significa “estrangeiro, que vem de fora”, *I* cujo significado é “água”, *Porã* que significa “lugar pitoresco”, *Anga* cujo significado é “experiências” (ANDRADE, 2016). O termo *Mairiporanga* equivale, então, à seguinte compreensão “você que vem de fora para este lugar pitoresco, vivencie novas experiências em favor da água”. A região é, sobretudo, um espaço único de idéias e conhecimentos mobilizadores e motivadores, sistematizados através de quatro trilhas interpretativas.

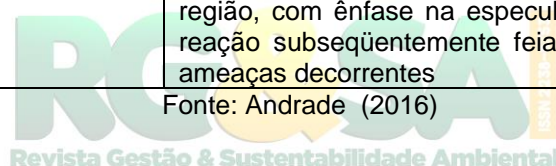
Quadro IV - relação da abordagem temáticas das Trilhas Socioambientais

Abordagens	Caracterização	Descrição
Trilhas do Asfalto:	Paisagens Urbanas	Considerações sobre a relação homem/natureza, na perspectiva da paisagem, levando em considerações as contribuições epistemológicas, metodológicas e teóricas da Psicologia para este novo campo do saber, evidenciando a Percepção

⁶ Sachs, I. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.

		como principal mecanismo mediador desta relação e seus desdobramentos
Trilhas da Terra:	Paisagens Rurais	Dinâmicas coletivas, declamação de poesia, e recepção no Sítio Mairiporanga, em Ribeirão do Eixo, município de Itabirito, com destaque para processos de apropriação do espaço rural, dinâmicas socioambientais camponesas e a relação do ser humano com o meio, tendo como paisagem central a Serra das Serrinhas
Trilhas da Mata:	Elementos Abióticos	Reflexões e dinâmicas para fechamentos do temas. Considerações sobre elementos e paisagens observados/analísados e a importância da percepção como mecanismo para elencar uma nova relação entre o homem e a natureza, evidenciando-se a contribuição da Psicologia para a área em questão.
Trilhas da Água:	Elementos Bióticos	Trilha interpretativa com 05 pontos de observação no Vale do Ribeirão Silva com reflexões sobre os elementos bióticos e abióticos e as interações no meio natural, com destaque ara a água enquanto agente geológico da paisagem e a importância da mata nativa para o equilíbrio ambiental. Considerações também sobre a geologia/solos da região, com ênfase na especulação minerária e na reação subseqüentemente feita por mineradoras, e ameaças decorrentes

Fonte: Andrade (2016)



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensando numa perspectiva específica para a formação de agentes em “Educação Socioambiental”, o CEA Sítio *Mairiporanga*, em Itabirito pode se transformar em relevante espaço de atividades de leitura e interpretação de dados relacionados à relação entre ser humano e ambiente, conjugado com uma série de atividades que levem à reflexão e ao desejo de ação. A escolha do local como espaço-referência para a Rede de Ação Ambiental deve-se ao fato de ser a região uma síntese socioambiental das diversas paisagens que formam a região historicamente denominada Quadrilátero Ferrífero.

A realização dos encontros semestrais denominados “Intercâmbio Socioambiental Conhecimento” realizados no CEA Sítio *Mairiporanga* pela “Rede Ação Ambiental” direcionados ao fortalecimento do “Programa Agentes Ambientais em Ação”

promove diferentes oportunidades aos agentes integrantes da Rede para que os mesmos desenvolvam alguma atividade socioambiental em favor da bacia hidrográfica do rio das Velhas.

A proposta de organização deste evento semestral associa-se à possibilidade de incentivar cada participante a atuar de acordo com sua disponibilidade e recursos, exercitando o trabalho em rede. Assim tendo o CEA Sítio *Mairiporanga* como referência para a ação ambiental, convoca-se a partir do presente momento a comunidade de Ribeirão do Eixo, para que a mesma protagonize a formação de agentes socioambientais semeando ações de agroecologia, turismo e sustentabilidade por todo o Quadrilátero Ferrífero. É o que se deseja e institui-se desde já, mobilizando a todos no resgate de paisagens, identidades e territorialidades únicas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Wellington Galvão. MAGALHÃES, Sandra Maria Fontenele. **Contribuições da Geografia para a educação do campo** *In*: Conferência Internacional Educação, Globalização e Cidadania – Novas Perspectivas de Sociologia da Educação. 17 p.

ANDRADE, Vagner Luciano de Andrade. **Deslocamentos populacionais da zona rural de Desterro de Entre Rios, em Minas Gerais para o estado de Goiás** (Projeto de Monografia de conclusão de curso – Bacharelado e Licenciatura em Geografia e Análise Ambiental). Belo Horizonte: UNI-BH, 2007.

ANDRADE, Vagner Luciano de Andrade. **Os Deslocamentos para Goiás na memória de moradores rurais do entorno da Serra da Tapera, Minas Gerais** (Monografia de conclusão de curso – Bacharelado e Licenciatura em Geografia e Análise Ambiental). Belo Horizonte: UNI-BH, 2007. 70 p.

ANDRADE, Vagner Luciano de Andrade (2008-a). **Ponto de vista: Mineração ameaça a Serra da Tapera** *In*: Revista Ecologia Integral, Ano 08, nº. 35 – Outubro/2008. Belo Horizonte: Centro de Ecologia Integral. p. 29.

ANDRADE. Vagner Luciano de (2008-b). **A VISITA TÉCNICA COMO MECANISMO PEDAGÓGICO QUE EXTRAPOLA TERRITÓRIOS MUNICIPAIS: relato de caso da atividade educativa “Circuito Ambiental por um trecho do Quadrilátero Ferrífero”** (Trabalho final – Monitoria em Educação Ambiental). Belo Horizonte: PBH/SMAMA/GEEDA, dezembro de 2008. 33 p.

ANDRADE, Vagner Luciano de. **A educação do campo como instrumento de valorização do espaço rural**. In: APGAUA, Eliana. LUIZ, Fátima Cristina Sampaio. XXII Curso de Extensão das Oficinas de Educação Ambiental BH Itinerante. Módulo – Conflitos Urbanos: Projeções e Impactos. PBH/SMAMA/GEEDA. 1º semestre de 2011

ANDRADE. Vagner Luciano de. **PATRIMÔNIO CULTURAL, PAISAGENS ECOLÓGICAS E DESENVOLVIMENTO RURAL: perspectivas agroturísticas da comunidade de Ribeirão do Eixo, município de Itabirito, região sudoeste do Quadrilátero Ferrífero, MG**. Universidade do Sul de Santa Catarina (Estudo de Caso Agronegócio). Palhoça – SC, 2016. 150 p.

ANDRADE. Vagner Luciano de. **A EDUCAÇÃO DO CAMPO NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO EIXO, ZOINA RURAL DE ITABIRITO – MINAS GERAIS: 1º relatório de observações**. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG/FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAE (Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Habilitação Ciências Sociais e Humanidades). Belo Horizonte – MG, 2012. 23 p.

CALDART, Roseli Salete. Verbete: Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 259

CARVALHO, Horacio Martins de; COSTA, Francisco de Assis. Verbete: **AGRICULTURA CAMPONESA**. In: CALDART, Roseli Salete (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 27

CORDEIRO, Maria do Carmo. **Cultura, sociedade, educação e meio rural. Cláudio - MG, 2005. Disponível em.** www.divinopolis.uemg.br/revista/revista-eletronica3/artigo10-3.htm. **Acesso em 01/10/2008**

DAYRELL, Juarez. **Múltiplos olhares sobre educação e cultura.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996. 194 p.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Cultura Escolar e Cultura Urbana no Brasil. Revista Presença Pedagógica, volume 11, nº 66, Nov - Dez/2005. p. 41

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Verbetes “Rural”.** In: Miniaurélio: século XXI – o minidicionário da língua portuguesa. 1ª Edição/9ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s/d, p. 1253

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. 79 p.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra.** São Paulo: Peirópolis, 2000-b. 217 p.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação.** Porto Alegre: Artmed Editora Ltda, 2000-a. 294 p.



GONTIJO, Luisana. (10 de junho de 2010). **Tout Court Minas - Pastel de angu.** Estado de Minas

Haddad, Sergio. Verbetes: Direito à Educação. In: CALDART, Roseli Salete (org.) **Dicionário da Educação do Campo.** / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 217

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) Censo Populacional 2010. Censo Populacional 2010. (29 de novembro de 2010). Página visitada em 11 de dezembro de 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) Divisão Territorial do Brasil. Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais. (1 de julho de 2008). Página visitada em 11 de outubro de 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE (10 out. 2002). Área territorial oficial. Resolução da Presidência do IBGE de nº 5 (R.PR-5/02). Página visitada em 5 dez. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Produto Interno Bruto dos Municípios 2004-2008. Página visitada em 11 dez. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Informações geográficas sobre o município de Itabirito, estado de Minas Gerais**, disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 13/03/2012

LEITE, Sérgio Celani. **Urbanização do Processo Escolar Rural**. Dissertação de Mestrado em Geografia pela UFU Uberlândia MG: 1996. 248 folhas

MARTINS, Maria de Fátima Almeida. CONDÉ, Fernando. **A dialética campo-cidade e o desafio de educar**. In. Presença Pedagógica. Volume 17, nº 99. mai./jun. 2011. p. 38-41

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Lais Mourão. Verbetes: Escola do Campo. In: CALDART, Roseli Salete (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 326-327

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. **Currículo: políticas e práticas**. Campinas: Papyrus, 1999. 183 p

OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de. CAMPOS, Marília. Verbetes: Educação Básica do Campo. In: CALDART, Roseli Salete (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 240)

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto. 1997. 164 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO. (31 de maio de 2010). Neste fim de semana acontece a 10ª Festa do Pastel de Angu, acesso em 10 de junho de 2010

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD) Ranking decrescente do IDH-M dos municípios do Brasil. Atlas do Desenvolvimento Humano. (2000). Página visitada em 11 de outubro de 2008.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, **Lei 9.394: Lei de diretrizes e bases da educação, artigo 28.** Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. p. 13. Acesso em 13/03/2012

ROMANO, Raimunda de Lira. CUNHA, Aldenéia Soares. **Educação Rural: Um desafio para o educador, uma perspectiva de inclusão para o educando.** Manaus: 2005 Disponível em: www.cereja.org.br/arquivos_upload/raimunda%20lira%20romano_visemana.pdf. Acesso em: 10/01/2012
Santos e Souza (2012, p.01)

SANTOS, Ana Paula dos. ANDRADE, Vagner Luciano de. **Ponto de vista: Educação rural como instrumento de valorização do campo.** In: Revista Ecologia Integral. Ano 08, nº 33 – Março/2008. Belo Horizonte: Centro de Ecologia Integral. p. 28.

Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental

SANTOS, Ana Paula dos. LACERDA, Raquel Bernardo dos Santos. **A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO NA ESCOLA RURAL: construção da identidade do jovem e suas expectativas (trabalho de conclusão de curso – Bacharelado e Licenciatura em Geografia e Análise Ambiental).** Belo Horizonte: UNI-BH, novembro de 2008. 14 p.

SANTOS, Ana Michelle Ferreira Tadeu dos; SOUZA, Francilane Eulália de; **CAMPO PARA O AGRONEGÓCIO OU CAMPO PARA O CAMPONÊS? os impactos do agronegócio sobre as relações camponesas no estado de Goiás.** In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária: Brasília, 15 a 19 de outubro de 2012, p. 01-15

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. Verbete: Desenvolvimento sustentável. In: CALDART, Roseli Salete (org.) **Dicionário da Educação do Campo.** / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 206-207

SITE DE NOTÍCIAS E EVENTOS DE ITABIRITO (2010). **Julifest**. Disponível em <http://sounoticia.com.br/> (acesso em 10 de novembro de 2016)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Curso de graduação em Licenciatura do Campo**.

Disponível em

<http://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/LICENCIATURA%20DO%20CAMPO.pdf>.

Acesso em 13/03/2012.

